



Universidades Lusíada

Sousa, António Jorge Duarte Rebelo de, 1952-

Desafios do futuro para a economia cabo-verdiana

<http://hdl.handle.net/11067/1718>

Metadados

Data de Publicação	2015
Resumo	No presente artigo pretende-se não apenas proceder a um enquadramento internacional da situação económica em que se encontra a economia cabo-verdiana, como, também, analisar a sua evolução previsional e sintonizar os estrangulamentos conjunturais com que se defronta, apresentando uma proposta de modelo de desenvolvimento a adoptar futuramente. Sublinha-se a relevância do eixo euro-atlântico e do triângulo Europa-América-África Ocidental, bem como a indispensabilidade de implementação de uma est...
Palavras Chave	Economia - Cabo Verde
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCEE] LEE, n. 19 (2015)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-07-24T10:14:02Z com informação proveniente do Repositório

DESAFIOS DO FUTURO PARA A ECONOMIA CABO-VERDIANA¹

António Rebelo de Sousa
Universidade Lusíada de Lisboa

¹ Texto elaborado com base em intervenção produzida pelo autor na “Convenção Compromisso Cabo Verde”, realizada na Cidade da Praia, em cabo Verde, entre 30 e 31 de Janeiro de 2015.

Resumo: No presente artigo pretende-se não apenas proceder a um enquadramento internacional da situação económica em que se encontra a economia cabo-verdiana, como, também, analisar a sua evolução previsional e sintonizar os estrangulamentos conjunturais com que se defronta, apresentando uma proposta de modelo de desenvolvimento a adoptar futuramente.

Sublinha-se a relevância do eixo euro-atlântico e do triângulo Europa-América-África Ocidental, bem como a indispensabilidade de implementação de uma estratégia de internacionalização assente em sectores estratégicos, a definir de acordo com um Plano de Desenvolvimento Indicativo Pluri-Anual.

Abstract: With the present article we intend to not only carry out an international framework of the current economic situation, in which the Cape Verdean economy is found, but also analyze its foreseeable evolution and adapt the current bottlenecks/limitations this country is facing by proposing a development model to be adopted in the near future

It is worth highlighting the importance of the euro-Atlantic axis and of the triangle Europe-America-West Africa, as well as the need for implementing an internationalization strategy based on strategic sectors, which is to be defined in accordance with a Pluri-annual Indicative Development Plan.

1. Enquadramento Internacional.

Pretendendo-se falar nos desafios que se colocam à economia Cabo-Verdiana, importa começar por apresentar, ainda que sucintamente, um enquadramento internacional, o qual se apresenta, particularmente, relevante para uma economia aberta ao exterior.

É do conhecimento geral que o ritmo de crescimento das economias desenvolvidas continuou a ficar aquém do previsível, com excepção da economia americana, sendo de realçar que persistiram vulnerabilidades no sector financeiro, muito em particular na área do euro, constatando-se, ainda, um efeito contraccionista na economia japonesa, efeito esse decorrente da aplicação de políticas de consolidação orçamental.

Se é verdade que as novas economias emergentes - NEE continuaram a apresentar elevadas taxas de crescimento, também não é menos verdade que se registou um abrandamento do ritmo de crescimento dessas economias, no decurso de 2014, sendo previsível que essa tendência se venha a agravar em 2015 e em 2016.

Uma nova Lei Malthusiana tende a verificar-se, a saber, a de que a expansão do consumo nas NEE's se processa a um ritmo manifestamente superior ao da expansão da oferta, resultado da transferência significativa da mão-de-obra do sector tradicional para o sector moderno, com aparecimento de uma nova classe média e de um mercado endógeno cujas necessidades consumistas só poderão ser satisfeitas enquanto se mantiverem elevados ritmos de crescimento económico, na base de um "export led growth model", isto é, de um modelo de crescimento liderado pelas exportações.

A economia americana conheceu um bom ritmo de crescimento em 2014, atingindo uma taxa de desemprego de 5,9%, em Setembro último, *estimando-se que a taxa de desemprego actual ronde os 5,6%* e prevendo-se mesmo que se aproxime dos 5% em finais de 2015, uma vez que a taxa de crescimento do PIB deverá ultrapassar os 3%, no decurso do ano corrente, sendo, ainda, de realçar que a descoberta do gás de xisto, bem como de novas tecnologias de extracção de petróleo, contribuiu para um certo reforço de liderança por parte da economia dos EUA.

Quanto à economia europeia, importa realçar que, apesar de se ter registado uma recuperação económica na área do euro, em 2014, com redução da taxa de desemprego, o BCE continua preocupado com o risco de deflação, o que, como

é sabido, tem estado na origem de medidas tendentes a estimular o crédito à economia, recorrendo-se, cada vez mais, a políticas de “quantitative easing”.

No passado dia 22 de janeiro, o BCE lançou um programa generalizado de compra da dívida, incluindo obrigações dos tesouros públicos da União Monetária.

De acordo com este novo Programa, o BCE vai comprar 60 000 milhões de euros em activos por mês, o que tendo em conta a sua duração, de 19 meses, conduzirá à aquisição de 1,14 biliões de euros de activos.

Os activos objecto de aquisição deverão apresentar um “rating” acima de lixo (o que, aliás, acontece com a dívida portuguesa, graças à notação da agência canadiana DBRS), sendo certo que as maturidades das dívidas a adquirir deverão estar compreendidas entre 2 e 30 anos e que as compras serão feitas no mercado secundário.

Melhor dizendo, o BCE ainda não está em posição de poder adquirir dívida soberana no mercado primário “a la Roubini”, ainda que em condições a negociar.

As aquisições serão efectivadas pelos bancos centrais nacionais, uma vez que o BCE decidiu que o “Eurosistema recorrerá a uma implementação descentralizada para mobilizar recursos”, muito embora o Conselho de Governadores mantenha o controle sobre todas as componentes do Programa, pelo que o BCE coordenará as aquisições, salvaguardando, deste modo, a “unicidade da política monetária do Eurosistema”.

Quanto à partilha de riscos, o BCE responsabiliza-se por 20% do risco, devendo os 80% das possíveis perdas ter impacto directo nos balanços do banco central respectivo.

A implementação deste Programa contribuirá, ainda mais, para uma redução das taxas de juro e para uma desvalorização gradual do euro (que aumente a competitividade externa das exportações europeias sem, todavia, contribuir para uma transferência de capitais para a economia americana, na base da abordagem da Balança de Pagamentos “a la Feldstein-Horioca-Mundell”), criando as bases para uma retoma da actividade económica na área do euro.

Deste modo, afigura-se realista prever uma taxa de crescimento do PIB agregado na área do euro entre os 0,8 e os 1,3% (sendo até possível que se aproxime mais do limite superior deste intervalo do que do limite inferior), o que poderá vir a beneficiar a economia cabo-verdiana.

Todavia, se é verdade que a redução de taxas de juro que se tem vindo a constatar no Eurosistema beneficia as sociedades cabo-verdianas que apresentam um serviço de dívida indexado à Euribor, manda a verdade reconhecer que, por outro lado, a redução das taxas de depósitos nos bancos centrais para valores negativos implica um novo desafio à gestão das reservas externas do país, no pressuposto de que a mesma deverá sempre assentar em princípios de rigor e de segurança.

Se, ainda em termos de enquadramento externo, adoptarmos uma perspectiva de longo prazo, poderíamos, agora, considerar cinco “cenários”

alternativos, a saber¹:

- o da liderança da economia mundial por parte das NEE's (que prefiro designar de "Intermediate Countries");
- o do reforço da hegemonia dos EUA, graças à capacidade criativa e inovadora que, em sectores cruciais, a economia americana tem vindo a revelar;
- o do aumento do peso relativo da economia europeia, o que pressuporia a consolidação do processo integracionista e a estabilização da situação política na Europa Central;
- o do regresso a políticas protecionistas, com a emergência de nacionalismos exacerbados e com efeitos recessivos decorrentes da aplicação generalizada de medidas restritivas ao comércio e aos movimentos dos factores de produção na economia mundial;
- o da criação de um novo sistema de poderes arquipelágico, mas com manutenção da hegemonia de um paradigma Ocidental, no que concerne a sistemas de valores e ao modelo político de organização das sociedades.

De acordo com um estudo levado a cabo pela Pricewaterhouse Coopers (PwC), em 2013², muito embora a China possa vir a assumir a primeira posição no atinente ao PIB, em termos absolutos, em 2050, seguida da Índia e passando os EUA para a terceira posição, em termos de PIB p.c a economia americana deverá manter a primeira posição.

Em boa verdade, os EUA e a UE (com a composição actual) deverão, mesmo em 2050, apresentar um PIB p.c. médio superior ao PIB p.c. médio da China e da Índia, mesmo admitindo uma taxa de crescimento média anual de 2% para os EUA mais UE e uma taxa média anual de 6 - 7% para a China e de 5 - 6% para a Índia (cenário este que não deixa de se apresentar optimista para estas duas economias emergentes).

E de acordo com um estudo elaborado pela Ernest & Young Terco³, também em 2013, as taxas de retorno do capital aplicado, em 2030 e em termos comparativos, seriam as mais elevadas no Reino Unido, ficando os EUA na segunda posição, a França na terceira, a Alemanha na quarta e a China na quinta.

Do que se disse, não resulta, necessariamente, que se venha a evoluir para um "cenário" de reforço da hegemonia americana e muito menos do peso relativo da Europa, antes significando que o eixo euroamericano, no Atlântico Norte, continuará a apresentar uma indiscutível relevância, no contexto mundial, nada nos fazendo admitir que o "cenário" de regresso aos proteccionismos se apresente como o mais provável.

1 Vide, a este propósito, SOUSA, António Rebelo de in "A relevância geo-económica do Atlântico para Portugal", "O Mar no Futuro de Portugal", Centro de Estudos Estratégicos do Atlântico, 2014.

2 Pricewaterhouse Coopers - "World in 2050 - The Brics and Beyond: Prospects, Challenges and Opportunities", 2013.

3 Ernest & Young Terco - "Brasil Sustentável", Ernest & Young Terco, 2013.

É verdade que a UE se confronta, presentemente, com diversos problemas, que continua a existir uma estratégia que mantém aspectos de “imperialismo territorial” por parte da Rússia, que o Mercosul está confrontado com inegáveis dificuldades (emergindo alguns fenómenos de populismo radicalizante) e que têm ocorrido intervenções potencialmente desestabilizadoras da China no continente Africano (com recurso a novas formas de crédito ligado), mas seria necessário que as tendências mais negativas nas diferentes regiões se verificassem simultaneamente, convergindo para uma situação potencialmente explosiva, o que não se afigura altamente provável.

Do que se disse concluo, que considero o “cenário” de um novo sistema de poderes arquipelágico, com manutenção de um paradigma ocidental hegemónico, como sendo o mais provável, para as próximas décadas.

Em qualquer caso, o Oceano Atlântico continuará a apresentar-se, de importância geo-estratégica indiscutível, não apenas por ser o segundo maior do Mundo como, também, por ser o mais importante do ponto de vista comercial, uma vez que liga e ligará as duas maiores potências existentes, a saber, os EUA e a Europa.

Por outro lado, o Atlântico Sul, liga e ligará a América Latina à Costa Ocidental Africana, por sinal a mais rica do Continente Africano e, no seu conjunto, o Oceano Atlântico continua a ser o que apresenta a maior reserva petrolífera, fazendo sentido analisar os potenciais efeitos decorrentes da ampliação do Canal do Panamá, os problemas com que se defrontarão as cidades banhadas pelo Atlântico Norte (sendo certo que a Comissão Europeia tem vindo a manifestar o maior interesse em acompanhar a questão) e as características mais relevantes apresentadas pelas Bacias ligadas ou integradas no ecossistema do Atlântico.

2. Da Situação Económica Interna.

Passando do enquadramento internacional à análise da situação económica em Cabo Verde, importa, desde logo, adiantar que, de acordo com as previsões do FMI e do BCE, deverá ocorrer um aumento da procura externa dirigida a Cabo Verde, em 2015.

Como se disse, deverá verificar-se uma desvalorização deslizando do euro em relação ao dólar americano, no decurso do ano corrente, sendo, ainda, de salientar que a redução dos preços das matérias-primas e dos produtos alimentares deverá contribuir para uma contenção da inflação, sendo, ainda, previsível que, por via indirecta, a política de “quantitative easing” na Europa produza um efeito moderadamente expansionista na economia cabo-verdiana.

Todavia, a obtenção de uma taxa de crescimento do PIB acima dos 2,5 - 3% dependerá não apenas da taxa de crescimento do PIB na UE, como também da evolução da situação existente no sistema financeiro cabo-verdiano, havendo dúvidas quanto à persistência ou não de uma tendência para uma significativa

contenção na concessão de crédito e quanto à existência ou não de uma adequada capitalização das instituições que o integram.

Convirá, ainda, estar atento à evolução da concorrência do Norte de *África como destino turístico, sendo certo que, por outro lado, existem* algumas expectativas positivas quanto às transferências externas para apoio familiar e bem assim no que concerne ao investimento.

Muito embora se preveja que a Balança Corrente se mantenha negativa, em 2015, é bem possível que a Balança de Operações Não Monetárias se apresente excedentária e que as reservas internacionais líquidas continuem a garantir entre 4,2 e 4,7 meses de importações de bens e serviços no ano corrente.

Segundo o Banco de Cabo Verde⁴, o crédito à economia deverá aumentar em 2%, em 2015, enquanto que a taxa de inflação deverá situar-se entre os 0,7 e os 1,4%.

Já no que concerne às Finanças Públicas, as previsões dependerão, em larga medida, da evolução do PIB, e, por conseguinte, do ritmo de expansão da economia europeia, da eventual desalavancagem do sector financeiro nas economias mais vulneráveis e da própria evolução da situação político-social na Grécia e na Ucrânia.

Muito embora o Executivo cabo-verdiano preveja uma redução do défice global orçamental, é bem possível que tal não venha a acontecer, sendo certo que, situando-se a dívida pública acima dos 100% do PIB, o risco da dívida soberana possa vir a ser negativamente afectado, sendo, ainda, certo que continua a apresentar-se premente a realização de reformas estruturais na economia cabo-verdiana⁵.

Importa, ainda, sublinhar que continua a apresentar-se, altamente, positiva a adopção de um regime de ligação cambial convencional, muito embora seja de equacionar a introdução de alguns ajustamentos pontuais no Acordo de Cooperação Cambial de 98, estudando-se a eventual criação de um Fundo de Garantias para Apoio à *Transformação Estrutural da Economia-FGATEE cabo-verdiana*, em articulação com o Ministério das Finanças Português e com a Comissão Europeia.

Ocupando a 123^a posição, em termos de IDH, em 2014, tendo atingido um PIB pc (ppc) da ordem dos 4.338 US Dls e um índice de Gini de 50,5, Cabo Verde, apresenta uma decomposição do seu PIB em que a Administração Pública representa cerca de 14,5%, os transportes e comunicações 13,7%, o comércio 12,8% e a construção 10,4%.

No atinente às exportações, para além da relevância das reexportações em zonas francas, os produtos do mar congelados, com 22,2% das exportações totais, os produtos do mar enlatados com 20,1% e o calçado com, apenas, 3,8% ajudam a caracterizar o modelo de desenvolvimento cabo-verdiano.

4 Banco de Cabo Verde – Relatório Anual de 2013, BCV, Fev. 2014.

5 Vide, a este propósito, Banco de Cabo Verde – Departamento de Estudos Económicos e Estatísticos – “Relatório de Política Monetária”, Praia, Cabo Verde, Nov. de 2014.

Qualquer Executivo responsável deverá apostar na implementação de um modelo de desenvolvimento assente na diversificação de serviços (com particular relevância para o turismo e os serviços financeiros) e na expansão de actividades industriais e de serviços ligados ao Mar, a par da aposta na reexportação de alguns produtos manufacturados de qualidade.

Trata-se, ao fim e ao cabo, de uma aposta numa Plataforma de Serviços e de Produtos Industriais, com destaque para as actividades Turística, Financeira e, de um modo geral, para actividades ligadas à Economia do Mar.

Para a compreensão da razão de ser deste modelo importa atender à especificidade da posição geo-estratégica de Cabo Verde, País ligado à UE e, muito em particular, aos países da área do euro, mas que, simultaneamente, integra a CEDEAO.

Trata-se, ainda, de um País considerado modelo em matéria de “Good Governance”, em que faz algum sentido apostar não apenas nas potencialidades do que se convencionou designar de Costa Costeira como também de Plataforma Continental.

Sendo certo que qualquer futuro Executivo deverá aproveitar o que existe de positivo no Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza de 2004 e que existem projectos merecedores de adequada avaliação em São Vicente, Santo Antão e na própria Ilha do Fogo, entre muitos outros, importa começar pelo princípio, elaborando-se um Plano de Ordenamento do Território Consistente, de acordo com o qual se proceda a um adequado balanço de recursos e de necessidades, região a região.

Um Departamento de Planeamento, a funcionar no Ministério da Economia, deveria elaborar um Plano Indicativo Pluri-Anual, com sintonização dos sectores estratégicos da economia nacional.

Muito provavelmente, sectores como os do Turismo, da Banca e das Indústrias e Serviços ligados ao Mar (incluindo a construção e a reparação naval, o transporte marítimo, a aquacultura, a pesca, a pesquisa oceanográfica e as tecnologias da informação), para além dos produtos do mar congelados e enlatados e, a um nível distinto, o sector do calçado serão considerados estratégicos.

A sintonização de sectores estratégicos permitirá a adopção de medidas de incentivo fiscal, com admissibilidade de dedução à matéria colectável de todo o investimento considerado relevante, em empresas pertencentes a esses mesmos sectores.

Por outro lado, tal permitirá, ainda, uma adequada utilização do Fundo de Garantias para Apoio à Transformação Estrutural da Economia, canalizando recursos para os sobreditos sectores estratégicos, sendo certo que deveria ser criado um Banco de Desenvolvimento, com participação de capitais públicos, o qual deveria estabelecer ligações privilegiadas com as EDFI's - European Development Finance Institutions, o que permitiria a criação de consórcios financeiros destinados à viabilização de projectos considerados prioritários para

a economia cabo-verdiana.

Mais, o Banco de Desenvolvimento a criar teria, ainda, como missão, o apoio às PME's cabo-verdianas e a gestão de Fundos Internacionais que se destinassem a apoiar a construção de infraestruturas estratégicas.

Haveria, ainda, que se pensar numa melhor sistematização das tributações autónomas, na concepção do regime de neutralidade aplicável a situações de cisão e de fusão e no que se convencionou designar de renumeração convencional do capital social.

Finalmente, só poderá haver confiança no futuro por parte dos agentes económicos num clima de estabilidade e segurança, com uma justiça que funcione e com uma Administração Pública que se guie, cada vez mais, por padrões de eficiência.

3. Das Conclusões.

O futuro de Cabo Verde passa pelo eixo euro-atlântico e pelo triângulo Europa-América-África Ocidental, constituindo uma prioridade pensar-se numa possível articulação dos interesses cabo-verdianos com os desenvolvimentos que poderão vir a resultar do Acordo Transatlântico de Galway (envolvendo os EUA, o Canadá e a União Europeia), o qual teve como propósito fundamental a convergência de esforços de observação oceânica, procurando-se compreender melhor o Oceano Atlântico e promover a gestão sustentável dos seus recursos.

Também a este nível e no intuito de se procurar conhecer, mais profundamente, as potencialidades da Plataforma Continental de Cabo Verde, seria de equacionar a negociação de um acordo tripartido entre Portugal, Cabo Verde e os EUA, articulando-se o conjunto de intervenções a concretizar com as prioridades definidas no Plano de Desenvolvimento Indicativo Pluri-Anual.

Só será possível conciliar políticas macroeconómicas consistentes, orientadas para o rigor nas Finanças Públicas, com um modelo de desenvolvimento que aposte no aproveitamento das vantagens competitivas dinâmicas de Cabo Verde se houver uma visão do que deverá ser o futuro, se se definir uma Missão e se se estabelecerem prioridades.

Sendo certo que, no curto e médio prazos, a taxa de inflação deverá manter-se baixa, mesmo que venha a registar-se uma expansão moderada do volume de crédito concedido, e que a procura externa poderá vir a evoluir favoravelmente (caso não se verifique um agravamento da situação político-militar entre a UE e a Rússia, mantendo-se a Grécia na área do euro), importa que Cabo Verde solucione o problema estrutural com que se defronta, problema esse que reside numa reduzida diversificação da oferta interna e numa insuficiente base de exportação.

Só enveredando, como se disse, por um modelo de desenvolvimento que aposte na criação de uma Plataforma de Serviços e de Produtos Industriais

será possível a Cabo Verde superar os estrangulamentos estruturais existentes, aproveitando as sinergias resultantes da sua posição geo-estratégica e, em particular, as suas ligações à Europa e à CEDEAO.

Será esse o verdadeiro desafio do futuro de Cabo Verde.

4. Bibliografia

Sousa, António Rebelo de - “ A relevância geoeconómica do Atlântico para Portugal”- “ O Mar no futuro de Portugal”, Centro de Estudos Estratégicos do Atlântico, 2014.

Sousa, António Rebelo de - “ A Zona do Franco CFA, o Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde e o “ Compreensível Development Framework”, Economia, nº1, Universidade Lusíada Editora, 2001.

Banco de Cabo Verde - Relatório Anual de 2013, BCV, Fev 2014.

Banco de Cabo Verde - Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas- “Relatório de Política Monetária”, Praia, Cabo Verde, Nov de 2014.

Ernest & Young Terco - “ Brasil Sustentável ”, 2013.

PricewaterhouseCoopers- “ World in 2050- the Brics and Beyond: Prospects, Challenges and Opportunities”, 2013.